



GABINETE DO MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Acompanhamento do “Contrato de Legislatura” assinado entre o Governo e as Instituições de Ensino Públicas para 2020-2023

(outubro 2021)

A celebração de “contratos de legislatura” (2016-2019 e 2020-2023) tem permitido **assegurar um quadro estável e planeado de financiamento público para a ciência, a tecnologia e o ensino superior, por forma a aumentar os meios afetos ao conhecimento e ao desenvolvimento e a estimular uma crescente relação de confiança com os cidadãos e a sociedade.**

No contrato 2020-2023 foram definidos **quatro grandes desafios, seis metas principais e 32 ações** a alcançar em 2023 e/ou 2030, com vista a uma ação continuada e sustentada na prossecução de ambiciosos objetivos, dirigidos a estimular a convergência de Portugal com os principais Estados Membros até 2030.

Tendo por referência os dados parciais disponíveis até ao terceiro trimestre de 2021, apresenta-se seguidamente a avaliação preliminar e a síntese dos principais resultados já alcançados¹. Para maior detalhe são facilitados dados específicos nos Quadros 1, 2, 3 e 4.

DESAFIO A Alargar a base social para a produção e difusão do conhecimento

META 1 60% do número de jovens de 20 anos no ensino superior em 2030²

Situação (set. 2021)	Avaliação preliminar (execução atual face à meta)
51,5 %	Meta cumprida/execução favorável

Cerca de 51,5% dos jovens de 20 anos residentes em Portugal frequentam atualmente o ensino superior, representando um aumento de 25% em relação a 2015 (cerca de mais 12 mil estudantes entre 2015 e 2019/20), confirmando a evolução significativa no sentido de alcançar a meta definida para 2030 e assegurar que 60% dos jovens de 20 anos estudam no ensino superior nesse ano. Deve ainda ser notado que:

- Em 2020/21, mais de 600 mil estudantes candidataram-se ao ensino superior nos setores público e privado (64.209 candidaturas). Em 2015 esse número foi de 358 mil.

¹ Para a avaliação de algumas metas de natureza qualitativa pode ainda não existir informação suficiente disponível, em função da fase de execução do contrato e as diferentes datas do início e/ou a evolução de cada uma das ações previstas.

² As seis ações/submetas que concorrem para o objetivo/meta principal integram os conteúdos seguintes: *ação social direta; mobilidade; alojamento; formação de curta duração nos I.P.; relação conhecimento e sociedade; e acesso pela via profissionalizante.*

- No âmbito do regime geral de acesso, em **2021 foram disponibilizadas 56.043 vagas**, o que representa um **aumento de 6% (3.080 vagas)**, face ao número de vagas inicialmente fixado.
- O número de candidatos ao ensino superior voltou a crescer e atingiu novo máximo de **63.878 estudantes que se candidataram-se à 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso (CNA)** para o ano letivo de 2021-2022, representando um aumento de 1.203 candidatos face ao período homólogo de 2020 (62.675) e o maior número desde 1996.

Subsequentemente, no ano letivo de 2021/2122, verificou-se o número máximo de alunos inscritos no ensino superior (411.995), mais 15 mil face ao ano anterior (subida de 4%), a taxa de crescimento mais elevada na última década.

Por sua vez, considerando o número de estudantes inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez (mais de 140 mil), verifica-se um aumento de 8% face ao ano anterior.

Para o crescimento do número total de estudantes no ensino superior nos últimos cinco anos muito têm contribuído as medidas encetadas para **alargar a base social de apoio**, designadamente o **reforço da ação social escolar, no sentido de contribuir para alcançar a meta de seis em cada dez jovens de 20 anos a frequentar o Ensino Superior até 2030.**

Para a concretização dessa meta, releva-se:

- **a redução efetiva da despesa das famílias com o ensino superior**, através da diminuição **em cerca de 20%**, desde 2019, do limite máximo do valor das propinas do ensino superior público;
- **o reforço do apoio social a estudantes carenciados**, incluindo no valor das bolsas, no limiar de elegibilidade e no complemento de alojamento, para além do reforço do Programa +Superior para apoiar bolseiros no interior do País – **3 mil novas bolsas em 2021-2022**; e
- **o reforço das condições para o alojamento de estudantes deslocados**, através da implementação do Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES), envolvendo IES e outras entidades, incluindo o alargamento e diversificação da oferta através de camas protocoladas com autarquias, pousadas de juventude, hotéis e alojamentos locais. **Está previsto um investimento de 375 milhões para 2022-2026.**

Sublinham-se, igualmente, as medidas dirigidas a estimular:

- **a inclusão social de minorias e de cidadãos com necessidades educativas especiais** nas instituições científicas e de ensino superior (v.g.: garantindo a gratuitidade da frequência do ensino superior aos estudantes com deficiência igual ou superior a 60%); e
- o ingresso no ensino superior dos estudantes provenientes das vias profissionalizantes do ensino secundário, medida implementada no ano letivo de 2020/21.

Observa-se ainda que em 2021, **mais de 85 mil (>20%) dos alunos matriculados no ensino superior são bolseiros** (63 mil em 2015).

Por sua vez, **o rendimento per capita das famílias com bolseiros aumentou para nove mil euros e, até 2023, pretende-se aumentar para 10 mil euros.** A **ação social escolar** no ensino superior envolve cerca de **140 milhões de euros por ano**, dois terços financiados com fundos comunitários e um terço pelo Orçamento do Estado.

Por sua vez, o **“Programa +Superior” disponibilizou 2.230 novas bolsas de mobilidade** no ano letivo de 2020-2021, tendo-se verificando **um aumento de 18%** em relação ao ano letivo anterior. Prevendo-se atingir até 3 mil novas bolsas em 2021-2022. Esse programa destina-se a **incentivar o acesso ao ensino superior em regiões do país com menos candidaturas**, através da atribuição de **bolsas de mobilidade no valor de 1.700 euros** (montante atribuído anualmente).

Salientam-se, ainda, os efeitos positivos das **alterações legislativas no domínio da atribuição de diplomas de graus e a possibilidade de as formações curtas nos Institutos Politécnicos** darem créditos para a obtenção de licenciaturas, designadamente através dos designados cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP), **contribuindo para que 60% dos jovens que frequentam esses cursos continuem os estudos para efeito de**

licenciatura. Em 2021/22, o número de inscritos em CTeSP supera pela primeira vez os 18 mil estudantes, o que representa um crescimento de 4% face ao ano anterior (395 inscritos em 2015)

Por fim, no sentido de contribuir para a concretização da Meta 1, **no OE para 2022 prevê-se o reforço da ação social escolar, bem o seu prolongamento para as pós-graduações.** No ano letivo de 2020/2021, existiam no ensino superior público **10.563 bolseiros de mestrado** no universo de 33 instituições universitárias e politécnicos.

Observa-se que em 2022, **os estudantes bolseiros inscritos em mestrado terão a sua bolsa reforçada**, passando do valor da propina fixada para o 1.º ciclo (licenciatura), que é de 697 euros, para um valor que passará a ser a propina de mestrado, até ao limite do valor da bolsa de doutoramento da FCT-Fundação para a Ciência e Tecnologia, a qual é de 2.750 euros.

DESAFIO A Alargar a base social para a produção e difusão do conhecimento

META 2 50% de diplomados dos 30-34 anos em 2030 (+ 40% até 2023) ³

Situação (set. 2021)	Avaliação preliminar (execução atual face à meta)
45,5 %	Meta superada/execução muito favorável

A taxa de diplomados do ensino superior da população residente entre os 30 e os 34 anos atingiu 45,5% no 2º trimestre de 2021, alcançando um patamar acima da meta europeia de 40% assumida no âmbito da Estratégia Europa 2020 (mais 6 pontos percentuais face a 2019 e mais 15 pp face a 2015).

Esta evolução permite alargar as qualificações de toda a população e antecipa no tempo a concretização do objetivo de se alcançar mais de 40% de graduados de educação terciária na faixa etária dos 30-34 anos, em 2023.

Em 2019/2020, foram cerca de 86 mil os novos diplomados pelo ensino superior (73 mil em 2015 e mais cerca de 5 mil face ao período anterior (mais 6%).

Adicionalmente, **a população ativa com ensino superior supera 1.7 M de pessoas** no 2º trimestre de 2021, representando um **aumento de 39% em relação a 2015** (mais 450 mil indivíduos face ao 2º trimestre de 2015).

Sublinha-se a existência de novo tipo de diploma de formações curtas e a diversificação dos modelos de ensino-aprendizagem e o seu papel na redução do abandono escolar, como se detalha mais adiante.

Relevam-se ainda os seguintes resultados:

- **aumento da percentagem de alunos** que permaneceu no mesmo curso no 1 ano após o ingresso;
- **diminuição do abandono** nos cursos CTeSP (28.4% de abandono em 2015-16 e 18.7% em 2019-20) e mestrados (19.7% de abandono em 2014-15 e 16% em 2019-20); e
- **diminuição da taxa de desemprego dos recém-diplomados**, tendo decrescido de valores médios acima de 8% no segundo semestre de 2015 para 4.6% (diplomados de ensino público).

³ As três ações/submetas que concorrem para este objetivo/meta principal integram os conteúdos seguintes: *ensino à distância; formação para adultos; insucesso e abandono escolar.*

Neste âmbito, foram ainda desenvolvidas iniciativas dirigidas a contribuir para a **criação de comunidades de práticas inovadoras**, particularmente durante o período atual em que as IES se adaptaram de forma eficaz aos desafios colocados pela crise pandémica, transitando a atividade presencial para plataformas digitais.

Sublinha-se que nos últimos cinco anos triplicou a capacidade de oferta do ensino superior de proximidade. Em 2021 a oferta de ensino superior envolveu 129 municípios (eram 40 em 2015) e, no ano letivo 2021/2022 aumenta para 134 localidades.

Por sua vez, verifica-se uma significativa **redução para 4% do número de licenciados desempregados, o valor mais baixo de sempre**, em resultado da integração progressiva dos sistemas de ensino-aprendizagem com os sistemas de emprego.

Por fim, no domínio do ensino à distância, releva-se o **Relatório de pesquisa sobre a aprendizagem e ensino digitalmente aprimorados em instituições de ensino superior europeias**, publicado pela *EUA (European University Association)*. Esse relatório mapeia a situação em relação ao ensino e aprendizagem digitalmente aprimorados em instituições de ensino superior europeias nos últimos sete anos, tema que se tornou ainda mais oportuno perante a atual fase de pandemia, durante a qual **ocorreu uma evolução sem precedentes do ensino e aprendizagem digitalmente aprimorados no ensino superior em Portugal**.

DESAFIO B Diversificar e especializar o processo ensino/aprendizagem, intensificando a I&D

META 3 Garantir a especialização e diversificação institucional ⁴

Avaliação preliminar

Execução muito favorável

No sentido de reforçar o desempenho e o impacto das atividades e das instituições de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e de ensino superior em Portugal, numa perspetiva internacional e num contexto multidisciplinar, por solicitação do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, entre 2016 e 2017, a **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)** procedeu à **avaliação dos sistemas de ensino superior e de ciência, tecnologia e inovação portugueses**.

Dessa avaliação resultou um conjunto de recomendações, apresentadas em fevereiro de 2018, as quais vieram ao encontro de orientações já seguidas pelo Governo nos últimos anos, designadamente no que diz respeito ao aumento da formação superior de âmbito profissionalizante, através de ciclos de estudos curtos no ensino superior politécnico, ou ao reforço do emprego científico em Portugal como condição crítica para o desenvolvimento da capacidade de investigação e inovação.

De forma a atingir esses objetivos, **foram introduzidas várias alterações ao regime jurídico dos graus e diplomas de ensino superior** (D.L. n.º 65/2018, de 18 de agosto), designadamente tendo em vista:

⁴ As seis ações/submetas que concorrem para este objetivo/meta principal integram os conteúdos seguintes: *pós-graduações nas Univ. e I.P.; processamento de dados; formação doutoral; pós-graduação em colaboração intra e inter institucional; e atividade de I&D nos I.P. em colaboração com setores atividade.*

- **reforçar a capacidade de I&D e de inovação num contexto internacional**, em estreita articulação com o ensino superior e garantindo a ligação ao território e o impacto na criação de emprego qualificado em Portugal;
- **estimular a diversificação do sistema de ensino superior e das atividades de I&D**, designadamente alargando, modernizando e reforçando o âmbito de atuação do ensino superior politécnico em matéria de formação superior de natureza profissionalizante e em atividades de I&D baseadas na prática;
- melhorar as condições de emprego científico e o desenvolvimento de carreiras académicas e científicas, juntamente com a responsabilidade institucional em rejuvenescer e reforçar essas carreiras; e
- estimular a internacionalização dos sistemas de ciência, tecnologia e ensino superior.

Como relevante mudança, salienta-se o encerramento dos mestrados integrados, por forma a uma maior mobilidade e flexibilidade na escolha de especializações ou articulação de diferentes áreas de estudo e os alunos passaram a dispor de margem de manobra para combinar competências e a poderem moldar o seu currículo académico. Porquanto, passada mais de uma década da implementação efetiva do Processo de Bolonha em Portugal, a manutenção de mestrados integrados em determinadas áreas disciplinares tinha contribuído para a não modernização das suas formações, métodos de ensino e estruturas curriculares.

Releva-se, pois o reforço e a especialização dos 2.º ciclos, à semelhança das melhores práticas europeias, com destaque para o encerramento dos mestrados integrados em engenharia, no contexto da supressão de 100 mestrados integrados nas instituições de ensino superior (incluindo ensino militar) com a subsequente passagem dos mestrados integrados para cursos divididos entre licenciatura e o mestrado.

A alteração das condições em que é justificada a criação de mestrados integrados foi um dos eixos centrais da última revisão do regime jurídico de graus e diplomas, concretizada pelo referido Decreto-Lei, **norteado pelo racional de limitar a sua existência aos casos em que a existência de condições mínimas de formação iguais ou superiores a 300 créditos estejam fixadas por diretiva europeia para o acesso ao exercício de determinadas atividades profissionais.** Assim, a partir do ano letivo de 2021-2022 só existem mestrados integrados nas seguintes áreas de formação: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Farmacêuticas, Medicina, Medicina Dentária e Medicina Veterinária

A essas alterações, **acresce a criação de mestrados com duração normal de um ano (60 ECTS), geralmente designados por «Mestrados Profissionais»**, quando estes revelem forte orientação profissionalizante e estejam exclusivamente destinados para a formação de estudantes que demonstrem ter experiência profissional prévia.

Observa-se, ainda, a reformulação curricular que abarcou as propostas pela Comissão de Análise ao Modelo de Ensino e Práticas Pedagógicas, **com destaque para duas novidades: a possibilidade de um aluno frequentar uma cadeira da licenciatura e outra durante o mestrado em faculdades da Universidade de Lisboa que não são de Engenharia;** e ainda a possibilidade de frequentar três cadeiras de outro curso dentro do Técnico, já no período de mestrado, seguindo lógica similar à das universidades americanas, que integram pequenas especializações conhecidas como “*minors*”, a fim de fomentar a interdisciplinaridade.

No âmbito da meta 3, sublinham-se, também, **as medidas para o desenvolvimento e modernização do regime de incentivos à cooperação das instituições de ensino superior com a Administração Pública e as empresas e o apoio à diversificação da oferta formativa e a aprendizagem ao longo da vida** (Decreto-Lei n.º 27/2021, de 16 de abril).

Este objetivo insere-se no esforço contínuo de reforço, modernização e abertura do ensino superior e da sua inserção social, que foi particularmente discutido e tem evoluído no quadro da referida avaliação realizada pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em linha com os conteúdos do contrato de legislação firmado entre o Governo e as instituições de ensino superior para o período 2020-2023.

Pretende-se, em particular, **estimular ofertas formativas com base em arranjos colaborativos, em rede ou consórcio, diversificando e complementando a oferta existente nas áreas em que as sinergias entre as**

instituições de ensino superior, a Administração Pública e a atividade empresarial e industrial, se revelem mais úteis para modernizar as qualificações. As inovações introduzidas são, em síntese, as seguintes:

- flexibilizar as condições legais de desenvolvimento de atividades pedagógicas e científicas entre instituições de ensino superior e outras entidades públicas e privadas;
- clarificar os termos de realização de formação pós-graduada entre instituições de ensino superior e empresas bem como do prosseguimento de estudos de diplomados nessas formações;
- clarificar as condições legais de exercício de funções docentes ou de gestão em instituições de ensino superior por parte de individualidades externas; e
- atualizar o regime legal de atribuição de título de especialista.

Realça-se que as transformações sociais e económicas que o país atravessa decorrentes da pandemia, **aprofundam a exigência do ensino superior uma resposta de novos formatos de formação, que promovam a atualização e reconversão de competências *upskilling e reskilling* dos cidadãos**. Essas formações podem assumir diversas tipologias e duração, desde formações de curta duração (cursos breves, unidades curriculares ou módulos, correspondentes a micro certificações de competências), até formações de maior duração, como pós-graduações de âmbito profissional.

Neste âmbito, referem-se **as formações não conferentes de grau, as quais se caracterizam pela sua flexibilidade e potencial de adaptação às especificidades de cada instituição e ecossistema envolvente**, ao não estarem sujeitas a acreditação junto da A3ES, nem a registo junto da DGES. Esta oferta funciona de um modo não regulado, decorrendo de iniciativas das instituições, sendo escassa a informação sobre as suas características e tipologias de estudantes.

Os resultados do inquérito da DGES às instituições sobre formações não conferentes de grau académico realizadas nos últimos dois anos (2018/2019 e 2019/2020), **permitem verificar que a larga maioria das instituições teve em funcionamento cursos não conferentes de grau académico, com destaque para o ensino universitário público**.

Com efeito, observa-se a crescente dimensão e capilaridade desta oferta formativa, **identificando-se cerca de 1.500 cursos não conferentes de grau em funcionamento em todo o sistema de ensino superior e cerca de 37 mil estudantes inscritos nos últimos dois anos letivos**.

Desta análise resulta que **nas instituições universitárias públicas, por cada 100 estudantes inscritos em cursos conferentes de grau estiveram inscritos 40 e 39 estudantes em cursos não conferentes de grau**, em 2018/2019 e 2019/2020 respetivamente.

No âmbito das medidas para a diversificação e qualificação, observa-se que se encontra em fase de preparação o **Observatório de Competências e Oferta Formativa do Ensino Superior**, uma plataforma online centrada na ótica do utilizador que, face aos desafios acima identificados, assume, entre outros, os seguintes objetivos:

- **valorizar e monitorizar a oferta de microcredenciais**, em alinhamento com os objetivos nacionais e europeus de *upskilling e reskilling*;
- **promover o registo de todas as formações não conferentes de grau** e tornar transparente e comparável toda a informação relativa aos mesmos;
- **alargar a participação da população** em iniciativas de aprendizagem ao longo da vida;
- promover a requalificação profissional de cidadãos desempregados; e
- promover a atualização de competências técnicas e académicas de cidadãos já inseridos no mercado de trabalho.

Por sua vez, **dos 86 mil novos diplomas pelo ensino superior em 2019/2020**, mais 4.661 (6%) face ao ano letivo anterior, o quarto crescimento anual consecutivo e a taxa de crescimento anual mais elevada desde 2006/07, releva-se o seguinte:

- **a percentagem de 57% de diplomados em áreas STEAM** (Ciências, Tecnologias, Engenharia, Artes e Matemática); e
- o crescimento de 20% de diplomas em tecnologias de informação e comunicação.

Neste âmbito, observa-se o investimento de 260 milhões de euros para o período 2022-2026, mediante os programas: “Impulso Jovem STEAM” e “Impulso Adultos”, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Tendo por referência os cursos/ciclos de estudos de ensino superior, segundo a “Classificação Internacional Tipo da Educação”, destacam-se os seguintes resultados:

- 81% dos diplomas foram concluídos no ensino superior público (i.e., 69.806 diplomas), crescendo 5% face ao ano anterior;
- 65% dos diplomas foram concluídos no ensino superior universitário (55.622 diplomas), registado um aumento de 5% face ao ano anterior;
- **64% dos novos diplomas** foram atribuídos a alunos com idade entre os **21 e os 24 anos (54.802 diplomas)**;
- 58% dos novos diplomas foram atribuídos a mulheres;
- 9% foi o crescimento dos diplomados pelo ensino superior privado, face ao ano anterior; e
- 7% foi o crescimento de diplomas emitidos pelo ensino politécnico face ao ano anterior, 30.117 diplomas, representando 35% do total.

Os **Mestrados representam 30% do total dos diplomas**, incluindo mestrados de 2.º ciclo (18.200 - 21% do total) e mestrados integrados (8.035 - 9% do total).

Os **Cursos Técnico Superior Profissionais (CTeSP) crescem cerca de 15%** e atingem 4.791 diplomas, representando 6% do total de diplomas. Foram atribuídos **1.940 novos doutoramentos**, representando 2,3% do total dos diplomas. Sublinha-se, ainda, que em resultado do alargamento da oferta de ensino superior de proximidade **mais de 12 mil estudantes foram oriundos de formações curtas de âmbito superior** (i.e., cursos tecnológicos profissionais-CTeSP).

A presente evolução permite contribuir para um forte estímulo à **coesão territorial através do conhecimento**, designadamente através do reforço da **diversificação e especialização de diferentes perfis de oferta de ensino superior**, bem como a **valorização social do ensino politécnico** e de **formações curtas iniciais** (i.e., Cursos tecnológicos profissionais - CTeSP), em articulação com a formação inicial tradicional (i.e.: licenciaturas e mestrados).

DESAFIO C

Empregar melhor, com maior integração de áreas e interação com os stakeholders

META 4

Estimular as carreiras académicas e o emprego científico ⁵

Avaliação preliminar

Execução favorável

Em 2020 realizaram-se cerca de 2 mil novos doutoramentos e estima-se que até 2025 se evolua para 3 mil por ano, por forma a **estimular as carreiras académicas** e a **disponibilizar mais doutorados para o setor empresarial e industrial**, bem como alcançar cerca de 4 mil novos doutoramentos por ano até 2030.

No âmbito das carreiras, sublinha-se que a partir de 2019 se passou a fazer a **distinção entre os processos de progressão na carreira e os relacionados com o recrutamento de novos docentes**. A entrada na carreira continua

⁵ As quatro ações/submetas que concorrem para este objetivo/meta principal integram os conteúdos seguintes: *integração em carreiras nas Univ. e I.P.; laboratórios associados; e emprego científico.*]

a ser feita por concurso público internacional, mas a elevação às categorias intermédia e superior passa a ser permitida mediante procedimentos internos.

A revisão do regime jurídico de progressão das carreiras docente e o desacoplamento entre os processos de recrutamento e progressão vieram, pela primeira vez, facilitar a cabimentação dos processos de abertura de mecanismos de promoção, tendo permitido um crescimento inédito do número de concursos de promoção para as categorias intermédias e superiores da carreira docente.

Em 2019, foram abertos cerca de **1.150 concursos para progressão na carreira docente nas instituições de Ensino Superior, face a cerca de 200 concursos em 2018**, um crescimento superior a quatro vezes do número de concursos abertos pelas Universidades (i.e., um total de 892 concursos em 2019, face a 165 em 2018) e de onze vezes pelos Politécnicos (i.e., um total de 256 concursos em 2019, face a 22 em 2018).

Este processo voltou a ser particularmente reforçado no contexto do Contrato de Legislatura para 2020-2023, o qual incluiu o reforço das carreiras académicas e o estímulo ao emprego científico em Portugal. O objetivo é garantir o rejuvenescimento e a modernização das carreiras docente e de investigação no Ensino Superior, designadamente garantindo e estimulando a abertura, mobilidade e diversificação de carreiras dos corpos docente e de investigação.

A evolução sobretudo durante o 2º semestre de 2019, a qual se pretende que tenha continuidade, mostra uma evolução efetiva no desenvolvimento das carreiras por forma a assegurar a meta consagrada no regime jurídico de graus e diplomas (como revisto em 2018) e explicitamente inscrita no contrato de legislatura para 2020-2023, designadamente que mais de 2/3 dos docentes das instituições públicas universitárias estão integrados em posições de carreira até 2023 e que dentro dessas posições de carreira, o conjunto de professores catedráticos e associados representa entre 50% e 70% dos professores.

No caso dos Politécnicos, o desenvolvimento das carreiras pretende assegurar que 70% dos docentes estão integrados em posições de carreira e dentro dessas posições de carreira, o número de professores coordenadores deve representar até 50% do total de professores e que o número de professores coordenadores principais representa até 15% do total de professores até 2023.

Recorda-se que em 2020, o crescimento da despesa em I&D atingiu 1,6% do PIB, em resultado das medidas no domínio da ciência e tecnologia, dirigidas à qualificação e emprego, à valorização de carreiras científicas e académicas e no reforço das instituições académicas e científicas, **incluindo a rede dos novos 40 laboratórios associados e 312 unidades de I&D**.

Regista-se a evolução do número de instituições de investigação científica com estatuto de **“Laboratório Associado” que aumentou de 26 para 40**, em resultado do concurso lançado em 2020. Foram submetidas 45 candidaturas que englobaram um total de 118 Unidades e 10.088 Investigadores integrados.

Em conjunto, esses laboratórios e as unidades de investigação que deles fazem parte, receberão, até 2025, um montante global anual de 77 milhões de euros, uma verba atribuída pela FCT que poderá ser atualizada em conformidade com a próxima avaliação das unidades de investigação, prevista para 2022-2023.

Esses laboratórios empregam mais de um milhar de quadros qualificados. Os atuais 40, incluem novos e vários que renovaram o estatuto, repartindo-se por Lisboa (16), Norte (15), Centro (7), Alentejo (1) e Algarve (1). A maioria das instituições (30) concentra-se nas áreas das Ciências Exatas e Engenharia e das Ciências Naturais e do Ambiente.

Importa, ainda, destacar **o número de investigadores que aumentou para 10,2 em cada mil ativos** (era 7,4 em 2015 e 9,6 em 2019), crescendo 5% em 2020 (mais 2369 ETI) e 36% desde 2015 (mais 13.863 ETI).⁶

O **Ensino Superior inclui 28.732 investigadores** em ETI (eram 25.043 em 2015), representando cerca de 55% do total, enquanto **as empresas incluem 21.389 investigadores** em ETI (eram 11.785 em 2015), representando agora 41% do total.

O número de **investigadores nas empresas aumentou em 2.169 ETIs, representado um crescimento de 11% em 2020 e de 81% desde 2015** (11.785 ETIs em 2015). O número de investigadores no Estado continua a representar

⁶ ETI-Equivalente a Tempo Integral.

cerca de 3% do total, com 1.601 ETIs em 2020 (eram 1.351 investigadores ETI em 2015, incluindo sobretudo os Laboratórios do Estado).

No âmbito da Meta 4, **sublinha-se a criação do Observatório do Emprego Científico e Docente**, disponível “on-line” em <https://empregoocientificoedocente.dgeec.mec.pt/>. O observatório é o primeiro registo público nominativo que lista todos os contratos doutorados envolvidos em atividades de investigação (I&D), de docência ou de gestão e comunicação de ciência e tecnologia.

No domínio das carreiras académicas e do emprego científico, com base nos registos disponíveis no final do 1.º semestre, desde 2017 **observa-se a evolução seguinte:**

- **6.047 contratos** com doutorados;
- **2.540 contratos**, (42%) com integração em carreiras - contratos sem termo;
- **2.902 contratos**, (48%) para o exercício de atividade de investigação;
- **3.145 contratos**, (52%) para o exercício de atividade docente universitária ou politécnica;
- **2.635 contratos**, (44%) na sequência de concursos da FCT integrados no programa de estímulo ao emprego científico; e
- **2.381 contratos** (39%) na sequência de procedimentos concursais regulares para ingresso na carreira docente e de investigação.

Em 2020, **o apoio ao emprego científico representou um investimento de cerca de 126 M€**, triplicando face a 2015, correspondendo atualmente a cerca de **24% do investimento total anual da FCT**.

Face 31 de dezembro de 2015, no primeiro semestre de 2021, **encontravam-se em execução mais 6.101 contratos**.

DESAFIO C

Empregar melhor, com maior integração de áreas e interação com os stakeholders

META 5

Reforçar a criação de emprego qualificado ⁷

Avaliação preliminar

Execução favorável

O reforço da qualificação da população residente em Portugal, em associação com a prioridade política conferida ao alargamento efetivo da base social de apoio ao conhecimento e ao ensino superior, **é confirmado pelos dados mais recentes do nível escolaridade da população disponibilizados pelo INE e Eurostat**.

Como referido na meta 2, **a taxa de escolaridade do ensino superior da população residente entre os 30 e os 34 anos atingiu 45,5% no 2º trimestre de 2021**, (uma evolução de 15,3 p.p. em relação ao 2º trimestre de 2015), correspondente a um aumento de 60 mil indivíduos entre os 30 e os 34 com ensino superior concluído.

⁷ As cinco ações/submetas que concorrem para este objetivo/meta principal integram os conteúdos seguintes: *investimento em I&D; laboratórios colaborativos; centros de interface tecnológica; contratação de doutorados por empresas; e gabinetes de transferência de conhecimento e tecnologia.*

Adicionalmente, alargando o universo em termos etários, **verifica-se que a população ativa com ensino superior supera 1,7 M de pessoas no 2º trimestre de 2021**, representando um **aumento de 39% em relação a 2015** (mais 450 mil indivíduos face ao 2º trimestre de 2015).

O reforço da qualificação da população residente e o seu contributo, entre outros, para a transformação estrutural do tecido produtivo nacional é também constatada pelo **Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN)**, tendo por base as metodologias harmonizadas internacionalmente pelo EUROSTAT e a OCDE. Esse inquérito permitiu confirmar a à crescente mobilização de recursos humanos qualificados no desenvolvimento de atividades de Investigação e Inovação em empresas e instituições académicas, científicas e tecnológicas, destacando-se os seguintes resultados:

- **o número de investigadores na população ativa cresce em 2020 para um máximo histórico de cerca de 10,2 investigadores por mil ativos** (i.e., quando medidos em tempo integral, enquanto era 9,6‰ em 2019 e 7,4 ‰ em 2015);
- **foram registados 52.535 investigadores [medido em equivalente a tempo integral (ETI)], mais cerca de 2.369 do que em 2019** (i.e., crescimento global de 5%), mostrando um crescimento de 13.863 investigadores ETI desde 2015, ou seja, um aumento de 36% nos últimos 5 anos;
- **foram realizados cerca de 7.400 novos contratos de investigadores doutorados**, desde 2017;
- **o Ensino Superior inclui 28.732 investigadores em ETI** (eram 25.043 em 2015), representando cerca de 55% do total;
- **as empresas incluem 21.389 investigadores em ETI** (eram 11.785 em 2015), representando agora 41% do total;
- **o número de investigadores nas empresas aumentou em 2.169 ETIs**, representando um aumento de 11% em 2020 e de 81% desde 2015 (quando eram 11.785 ETIs);
- **o número de investigadores no Estado representa cerca de 3% do total**, com 1.601 ETIs em 2020 (eram 1.351 investigadores ETI em 2015, incluindo sobretudo os Laboratórios do Estado);
- **o total de recursos humanos em atividades de I&D** (i.e., total de investigadores, técnicos e outros profissionais) **atinge 12,7 pessoas (ETI) por cada mil habitantes ativos, atingindo 65.356 ETIs em 2020** (enquanto eram 47.999 ETIs em 2015);
- **o total de recursos humanos em atividades de I&D nas Empresas também aumenta, totalizando 30.206 ETI em 2020, ou seja, mais de 3.400 do que em 2019** (crescimento de 13%).

Recorda-se que **a despesa total em I&D atingiu máximo histórico em Portugal de 1,6% do PIB, crescendo 7% em 2020** (211 milhões de euros) **e 43% desde 2015**, superando pela primeira vez os três mil milhões de euros. **Continua a verificar-se o aumento dessa despesa por forma a atingir a meta de 3% do PIB em 2030.**

Da análise dos resultados do Inquérito, **sublinha-se que o aumento é expressivo também nas empresas, onde cresceu 15%, em 2020, e 75% desde 2015.** Atingiu 0,89% do PIB, num total de 1.811 milhões de euros em 2020, passando a **representar 57% da despesa total em I&D. Mais de 4.300 empresas registaram atividades de I&D**, representando **mais 541 empresas face a 2019** (aumento de 14%).

Regista-se, ainda, o número de 52.535 investigadores, dos quais 21.389 investigadores nas empresas, mostrando um aumento de 81% desde 2015 e representando agora cerca de 41% do total de investigadores em Portugal.

O aumento da despesa em I&D pelas empresas e instituições privadas reflete o crescimento do emprego qualificado e o esforço do sector privado em acompanhar o desenvolvimento científico e a capacidade tecnológica instalada em Portugal.

Acresce que **o investimento por ano e por investigador pela FCT**, em 2015, variava entre mil euros e 22 mil, atualmente essa diferença é de apenas cinco vezes, manteve-se o valor máximo e **aumentou-se o mínimo, de mil, para 5 mil euros.**

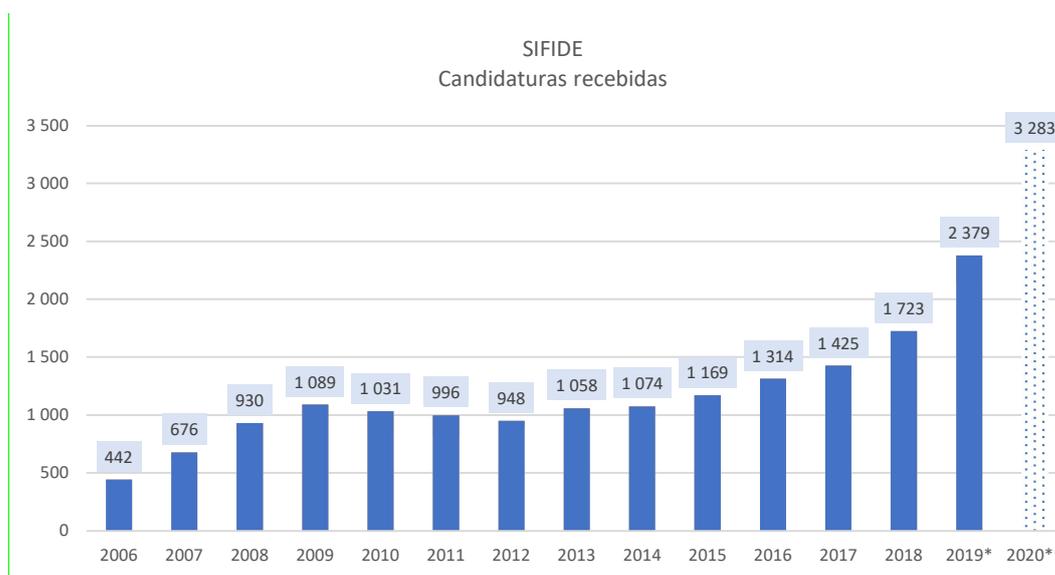
Sublinha-se o total de recursos humanos em atividades de I&D (i.e., total de investigadores, técnicos e outros profissionais) atinge **12,7 pessoas (ETI) por cada mil habitantes** ativos, atingindo **65.356 ETIs em 2020** (enquanto eram 47.999 ETIs em 2015). [ETI-Equivalente a Tempo Integral]

O total de recursos humanos em atividades de I&D nas Empresas também aumentou, totalizando 30.206 ETI em 2020, ou seja, **mais de 3.400 do que em 2019** (crescimento de 13%).

No domínio dos incentivos, os dados sobre o Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial (SIFID), mostram que em 2020 e em 470 empresas, encontravam-se 1.180 doutorados a realizar I&D (188 empresas e 417 doutorados em 2014), representando um aumento de 182% em recursos humanos altamente qualificados.

No total, as empresas declararam investimentos em I&D de 1.558 M€ (mais 27% face ao ano anterior) e solicitaram um crédito fiscal a rondar os 745 M€ (mais 36% do que no ano anterior).

Até 31 de julho de 2021, a ANI recebeu 3.283 candidaturas ao SIFIDE, relativas ao exercício fiscal de 2020.



As 3.283 candidaturas correspondem a 8.010 projetos de I&D, mais 24% do que no exercício fiscal anterior (6.467 projetos). Em 2020, **identificaram-se mais 680 empresas com atividades de I&D que não tinham submetido candidatura ao SIFIDE em 2019**. No quadro seguinte apresenta-se o significativo crescimento do investimento declarado em I&D pelas empresas desde 2017.



Verifica-se um acentuado crescimento do investimento declarado em I&D pelas empresas desde 2017, reflexo do aumento do investimento das empresas no desenvolvimento de novos produtos/processos de base tecnológica, bem como do surgimento de fundos de capital de risco em I&D. O crédito atribuído face ao solicitado ronda os 90% desde 2017.

Em 2020, a região Norte apresentou 41% das candidaturas ao SIFIDE (1.343), seguida da Área Metropolitana de Lisboa (28%) e do Centro (23%). Ao nível do investimento declarado, o Norte representa 38% do total, com 595 M€, seguido pela Área Metropolitana de Lisboa (37%), com 576 M€. Estes valores mantêm as tendências observadas desde 2015.

Por sua vez, releva-se a **diminuição na taxa de desemprego dos recém-diplomados, tendo decrescido de valores médios acima de 8% no segundo semestre de 2015 para 4.6% em 2020** (diplomados de ensino público).

Em 2019/20, o **novo máximo histórico no número de diplomados**, com os estabelecimentos de ensino superior a emitirem **85.799 diplomas**, mais 4.661 do que no ano letivo anterior e representado um crescimento de 6% face ao ano anterior, constitui um resultado que muito contribui para a melhoria das qualificações e da **cultura científica da população**. Acresce o reforço continuado ao **programa Ciência Viva** e as suas redes de centros, escolas e clubes em escolas de todo o País.

Observa-se, ainda, que o **número de alunos inscritos em mestrado cresceu 4% face ao ano anterior**, reforçando o importante dinamismo verificado nos anos mais recentes (crescimento de 26% desde 2014/15). **Os inscritos (23.544) em doutoramento regista também um novo máximo**, crescendo 8% face ao ano anterior e 22% desde 2014/15.

Verifica-se igualmente o desenvolvimento sistemático de **plataformas inovadoras** em todo o País, combinando, articulando e diversificando formas de **ensino, investigação e inovação e metodologias ativas de aprendizagem**, envolvendo as instituições de ensino superior e os empregadores, públicos e privados, incluindo PMEs.

Desde 2017, promoveu-se a criação e promoção de uma rede nacional de “Laboratórios Colaborativos – CoLAB”, através do Programa Interface, o qual tem tido como objetivo principal criar, direta e indiretamente, emprego qualificado em Portugal em estreita associação com a valorização social e económica do conhecimento.

Existem atualmente 35 CoLAB que desenvolvem atividade em cerca de 300 entidades, incluindo mais de 120 empresas para o desenvolvimento das suas agendas de investigação e inovação, designadamente em áreas estratégicas como a saúde e o envelhecimento, hidrogénio verde, águas termais, ciência de dados, aquacultura sustentável e turismo, contribuindo para reforçar os objetivos da implementação de agendas de investigação e inovação, de relevância internacional e impacto nacional.

Até ao final de 2020, o financiamento público disponibilizado através de fundos nacionais e comunitários para a criação e promoção de “Laboratórios Colaborativos - CoLAB” ascendeu a cerca de 70 milhões de euros, tendo já contribuído para a criação direta de mais de 550 empregos altamente qualificados, mais de 30% dos quais são ocupados por doutorados.

Note-se que no Plano de Recuperação e Resiliência constam diversas medidas, designadamente as dirigidas a consolidar e expandir redes colaborativas entre o sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial, por forma a aumentar a competitividade e resiliência da economia portuguesa, assente em I&D, inovação e diversificação e especialização da estrutura produtiva (v.g. Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial).

Por fim, sublinham-se os **três eixos estratégicos** que foram definidos prosseguir no contexto de recuperação pós-pandemia: **conhecimento, emprego e competitividade sustentável**, bem como as respetivas prioridades e ações adotadas nesse âmbito.

META 6

Internacionalização - Duplicar a participação de Portugal no Programa-Quadro Europeu de Investigação e Inovação, atrair 2 mil milhões de euros entre 2021-2027 ⁸

Avaliação preliminar

Execução favorável

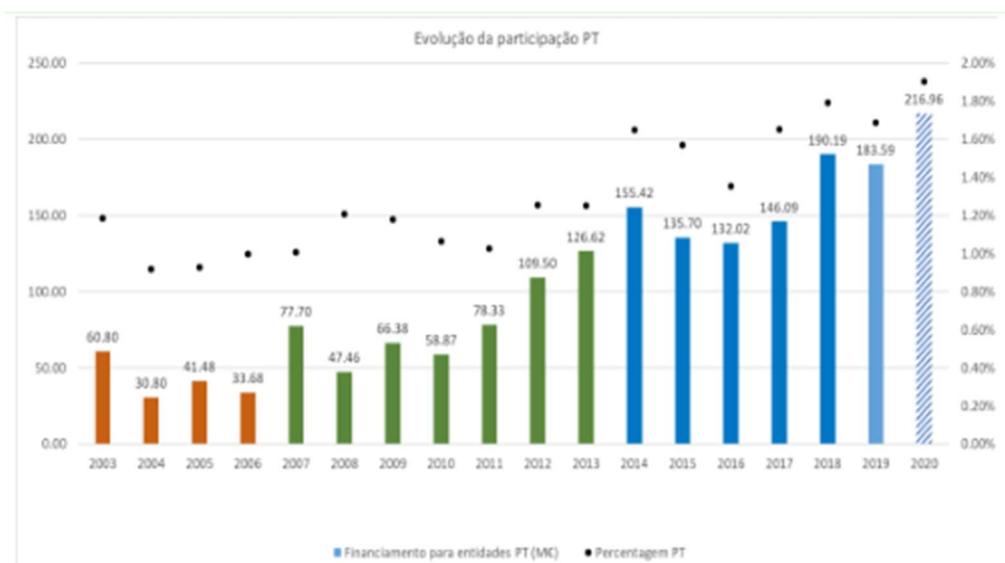
Na prossecução da meta da despesa em investigação atingir 3% do PIB em 2030, releva-se que essa despesa foi de cerca de 3.202 M em 2020, aumento de mil milhões de euros nos últimos cinco anos.

Em 2020, pela primeira vez, conseguiu-se atrair cerca de 1,9 % do orçamento anual do Programa Horizonte 2020 e nos próximos dois anos estima-se atrair anualmente 2%. Esse montante representa o maior valor de sempre, representando mais de 200 milhões de euros, ou seja, o dobro do valor atraído há dez anos.

A participação Portuguesa no programa da União Europeia “Horizonte 2020”, é marcada pelo facto de **Portugal ultrapassar pela primeira vez a meta de mil milhões de euros de financiamento europeu neste programa** – como se pode observar no gráfico seguinte -, **com as empresas e instituições nacionais a captarem mais de 1.159 milhões de euros** de financiamento em projetos de Investigação & Inovação (I&I) no âmbito do Horizonte 2020 (H2020):

- **entre 2014 e 2020 Portugal apresentou 17.470 propostas ao Horizonte 2020**, tendo visto 2.431 projetos aprovados, 681 dos quais coordenados por entidades nacionais;
- os Centros de Investigação e Instituições de Ensino Superior são responsáveis por 64% do financiamento captado; Grandes empresas e PME captaram 27% do financiamento europeu durante este período;
- em 2020, a taxa de sucesso nacional para número de propostas no Programa-Quadro Comunitário de I&D ultrapassou a média da UE27 pelo sexto ano consecutivo.

⁸ As oito ações/submetas que concorrem para este objetivo/meta principal integram os conteúdos seguintes: *inserção de IES em redes europeias; programa estudar e investigar em Portugal; participação no PERIN; participação no programa “Ciência LP”; capacitação dos PALOP; iniciativa “Go Portugal”; e posicionamento atlântico de Portugal.*



Segundo os dados da Agência Nacional de Inovação (ANI), o Programa-Quadro Horizonte 2020, que promoveu e apoiou a participação de empresas e instituições de investigação em projetos de I&I europeus, aprovou, até à data, **2.431 projetos nacionais, resultantes de um total de 17.470 propostas** submetidas.

Portugal apresenta, assim, **uma taxa de sucesso de 13,92%, percentagem superior à média da União Europeia (UE) de 12,71%**. Desde 2015, a taxa de sucesso nacional para número de propostas tem sido sempre superior à média europeia. Com efeito, **a quota nacional de financiamento é 1,67%, valor superior à meta do cenário mais otimista de 1,50%, fixada no início deste Programa Quadro**.

Com este resultado histórico, **Portugal ultrapassa a meta muito ambiciosa de mil milhões de euros de financiamento que havia sido fixada para o Programa-Quadro (PQ) comunitário de apoio à I&D**, que teve início em 2014 e acabou no final de 2020. O reforço da participação nacional no H2020 assumiu-se como um dos objetivos do Governo.

O PQ de I&D é o segundo maior programa da Comissão Europeia em termos orçamentais depois da PAC (Política Agrícola Comum), e tem como objetivo tornar a Europa na economia mais competitiva do mundo. É um programa de gestão centralizada altamente competitivo, a que competem em pé de igualdade, os investigadores e empresas de todos os Estados Membros da UE e de mais de uma dezena de países associados, como a Suíça e Israel.

No período 2021-2027, decorrem diferentes programas de financiamento europeus que podem ser complementares entre si - "Horizon Europe", "Erasmus", "European Space Program", "European Digital Program" e o "Connecting Europe Facility - Digital 2" (CEF2).

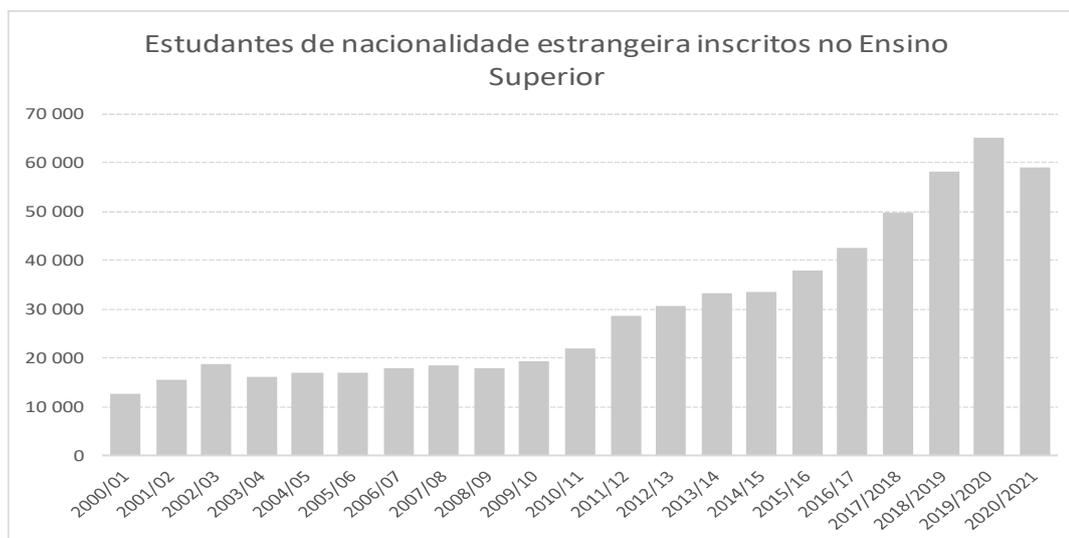
Regista-se que no seguimento do sucesso comprovado do programa-quadro do Horizonte 2020, foi aprovado o novo programa de apoio à ciência europeia, o Horizonte Europa, em vigor entre 2021 e 2027, e conta com um orçamento global de cem mil milhões de euros.

Observa-se, designadamente, que se encontra disponível um financiamento total de 2,3 milhões no âmbito do projeto IES em Rede: Interoperabilidade entre Instituições de Ensino Superior.

Por sua vez, **a iniciativa redes europeias lançada pela Comissão Europeia no âmbito do Espaço Europeu 2025**, propõe a criação "*bottom-up*" de redes de Instituições de Ensino Superior da UE, por forma a possibilitar aos estudantes a obtenção de um diploma ao conjugarem a sua formação em diferentes Estados-membros, contribuindo para a competitividade e internacionalização das instituições.

Mais de 58 mil estudantes de nacionalidade estrangeira estavam matriculados no ensino superior no ano letivo de 2020/21, incluindo estudantes em mobilidade e estudantes com estatuto de "estudante internacional" nos vários ciclos de estudo (licenciatura, mestrado e doutoramento). **Este valor corresponde a cerca de 17% do total**

de inscritos no ensino superior em Portugal, tendo aumentado 76% em relação a 2014/2015, quando estavam inscritos cerca de 33 mil estudantes de nacionalidade estrangeira em Portugal.



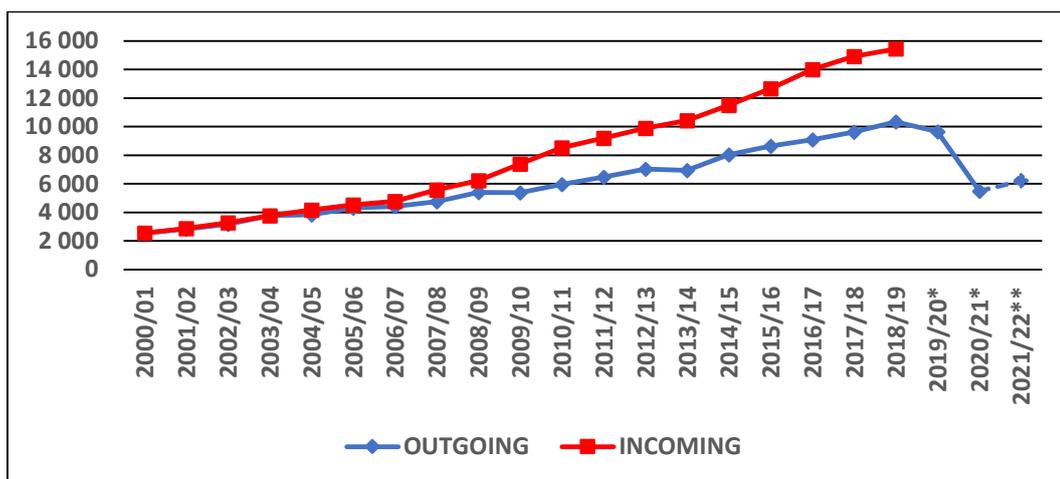
No último ano letivo, marcado pela pandemia Covid-19, a principal nacionalidade é brasileira, correspondendo a 33% do total de inscritos de nacionalidade estrangeira, seguida de cabo-verdiana (10%), guineense (8%), angolana (7%) e francesa (6%). As restrições à mobilidade internacional introduziram alguma disrupção na lista de principais nacionalidades, sobretudo sentidas na redução dos estudantes de nacionalidade espanhola e italiana face aos anos anteriores.

Distribuição por nacionalidade - evolução

Nacionalidade	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Portuguesa	327 155	331 713	353 035
Estrangeira	58 092	65 196	58 960
Brasil	20 627	22 961	19 413
Cabo Verde	3 616	4 973	5 612
Guiné-Bissau	1 725	3 705	4 978
Angola	4 036	4 305	4 156
França	2 315	2 681	3 285
Espanha	3 882	3 756	2 761
Itália	3 516	3 661	2 751
Alemanha	2 018	2 020	2 004
China	1 296	1 370	1 284
S. Tomé e Príncipe	1 219	1 220	1 154
Polónia	1 286	1 270	697
Outras	12 556	13 274	10 865
Total	385 247	396 909	411 995

O Barómetro da Mobilidade Erasmus+ Out, um *Dashboard* que reflete informação sobre mobilidades Outgoing de estudantes, aprendentes e *staff* de instituições portuguesas no âmbito do Programa Erasmus+, disponibilizado recentemente pela Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, permite constatar o impacto do Covid-19 em termos de mobilidade internacional associada ao Programa Erasmus (2014-2020), com o número de estudantes portugueses em mobilidade internacional a diminuir de cerca de 10 mil entre 2017 e 2020 para menos de 6 mil, conforme gráfico seguinte.

Mobilidade Erasmus+ Out



Observa-se que as mobilidades contratualizadas para 2021-22 **refletem já uma inversão de tendência, sendo já visível um ligeiro aumento dos estudantes em mobilidade *outgoing*, face ao ano transato.**

Importa, também, referir a inserção das instituições de ensino superior em redes europeias, fomentando a mobilidade de estudantes, docentes e investigadores, de modo a conseguir duplicar os estudantes em mobilidade internacional em todas as instituições públicas até 2023, **explorando o potencial de evolução do Programa Erasmus (2021-2027), com um orçamento que representa o dobro do orçamento afeto ao anterior período (2014- 2020)**, nas diversas vertentes elegíveis do ensino superior (mobilidade dos diversos segmentos da comunidade académica, mestrados conjuntos, cooperação externa, consórcios institucionais).

Quanto ao número de diplomados de nacionalidade estrangeira, verificou-se um aumento de 21%, crescendo de 6.388 para 7.734 e passando a representar 9% do total de diplomados, incluindo 3.106 novos diplomados de nacionalidade brasileira (40% desse universo).

A percentagem de estudantes estrangeiros aumentou em todos os ciclos de estudo, sendo **particularmente expressivo o aumento de cerca de 14% dos inscritos em CTeSP, 13% em licenciaturas e em mestrados 2.º ciclo, onde já representam 27,5%.**

Nos últimos dois anos registou-se um aumento de 52% do número de candidatos provenientes do exterior colocados pelo Concurso Nacional de Acesso (CNA).

O número de estudantes em mobilidade de grau (estudantes que concluem o ensino secundário no estrangeiro e se deslocam para Portugal para aqui fazer um ciclo de estudos de ensino superior inteiro) **é superior a 47 mil inscritos** (mais de 17 mil inscritos provenientes do Brasil). Representando um **crescimento de 179% face a 2015 e 7% face ao ano anterior**, o que é particularmente relevante num ano marcado por fortes restrições à mobilidade internacional.

O CNA ao ensino superior público em Portugal estabelece um *“contingente especial para candidatos emigrantes portugueses, familiares que com eles residam e lusodescendentes”*, **reservando 7% da totalidade das vagas fixadas para a 1ª fase do concurso nacional** para os candidatos provenientes das comunidades da diáspora portuguesa. **São cerca de 3.500 vagas, em 34 instituições de ensino superior públicas e mais de 1.000 cursos**, em todas as universidades e institutos politécnicos públicos.

Salienta-se igualmente **o Centro Ciência LP**, o qual resulta do acordo assinado entre o Estado Português e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), constituindo um *“Centro Internacional para a Formação Avançada em Ciências Fundamentais de Cientistas oriundos dos Países de Língua Portuguesa”*, **Centro de Categoria 2, a operar sob os auspícios da UNESCO.**

Por sua vez, para o período 2018-2023, a iniciativa **GoPORTUGAL** reforçou e expandiu o conceito das parcerias internacionais, lançando também a iniciativa **Study&Research in Portugal** como portal único de entrada de estudantes e investigadores que queiram prosseguir a sua formação ou carreira em Portugal.

No âmbito da iniciativa *GoPortugal* têm sido desenvolvidos diferentes projetos de I&D, em co-promoção com empresas, para ativar o posicionamento internacional de Portugal.

Em meados de 2020, **estavam aprovados para financiamento mais de duas dezenas de projetos** no âmbito do programa *go Portugal – Global Science and Technology Partnerships Portugal*, **com um financiamento total de 55,2 milhões de euros para os próximos 3 anos, incluindo 16,7 milhões de euros financiados pelas universidades americanas e 7,7M€ de autofinanciamento empresarial**. Ao nível nacional, esses projetos incluem o cofinanciamento por fundos europeus, designadamente através do programa Compete 2020 (11,5 M€), o PO Norte (4,3 M€), o PO Centro (2,5 M€), o PO Lisboa (5,3 M€), com uma contribuição adicional pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de 7,2 milhões de euros.

Os referidos projetos envolvem 34 empresas e 27 entidades do sistema científico e tecnológico nacional, revelando uma forte aposta do ecossistema de inovação nacional, competindo às empresas nacionais a liderança das redes e projetos colaborativos, por forma a modernizar o tecido económico e acelerar o processo de inovação em Portugal, em parceria com investigadores da CMU, do MIT e da UTA.

Observa-se que nos últimos três anos, mediante a criação da agência espacial, conseguiu duplicar-se o financiamento às atividades espaciais, sobretudo às empresas e através de fundos estruturais. Igualmente aumentou a oferta em engenharia aeroespacial e este ano foi criado, pela primeira vez, um operador de satélites em Portugal (*GeoSat*), permitindo ao país obter a designação de “*flying nation*” e dispor de dois satélites.

Observa-se ainda que no âmbito da meta 6 e da ação 6.8 dirigida a “*valorizar o posicionamento atlântico de Portugal*”, releva-se que a **Global Exploration Summit 2021 (GLEX2021)** teve como lema: “**Together in Exploration: Space, Ocean, Land, Sustainability**”. A cimeira foi um espaço de reflexão acerca das potencialidades da exploração do Espaço e dos Oceanos, da investigação desenvolvida no âmbito das ciências polares, mas também sobre estratégias de proteção de santuários naturais como os Açores, a Gorongosa e a Amazónia e da sustentabilidade ambiental e o combate às alterações climáticas.

No ano em que se assinala os 500 anos da viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães, a *Glex2021* reuniu astronautas, astrofísicos, arqueólogos, geólogos, exploradores polares, biólogos, entre outros especialistas que desenvolvem investigação, tecnologia e inovação no domínio da exploração da Terra.

DESAFIO A Alargar a base social para a produção e difusão do conhecimento

META 1 60% do número de jovens de 20 anos no ensino superior em 2030

Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
2023	2030	2019	2020	2021		
55%	60%	49%	51%	51,5%	jul/21	INE/DGEEC

1.1	Reforço da ação social direta						
	Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
	2023	2030	2019	2020	2021		
Total de bolsas	90000	100000	78233	77648	85 385	20/21	DGES
Bolsas NEES			810	1005	1 073	20/21	DGES

1.2	Reforço da mobilidade de estudantes (Programa + Superior)						
	Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
	2023	2030	2019	2020	2021		
Novas bolsas +Superior	2000	5000	1600	2230	2 230	20/21	DGES

1.3	Reforço do alojamento a preços regulados						
	Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
	2023	2030	2019	2020	2021		
N.º de camas	26900	30000	15370	18455	17 794	até set. 21	DGES/Observatório.

1.4	Reforço da formação de curta duração nos Politécnicos - CTESP						
	Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
	2023	2030	2019	2020	2021		
N.º novos estudantes	12000	15000	9000	9356	9 685	20/21	DGEEC

1.5	Estimular a relação entre o conhecimento e a sociedade						
	Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
	2023	2030	2019	2020	2021		

N.º Quintas Ciência Viva	7	10	0	4	6	inclui projetos	ciência viva
--------------------------	---	----	---	---	---	-----------------	--------------

1.6	Garantir o acesso ao ensino sup. dos estudantes oriundos das vias profissionalizantes						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
N.º estudantes inscritos	10000	15000	4500	5656	6 938	20/21	DGEEC	

Contrato de Legislatura 2020-2023 | Síntese de resultados (disponíveis até 3.º trim. 2021)

QUADRO 1-A

DESAFIO A
Alargar a base social para a produção e difusão do conhecimento
META 2
50% de diplomados dos 30 aos 34 anos em 2030, + 40% até 2023

Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
2023	2030	2019	2020	2021		
40%	50%	< 40%	43%	45%	2.ºT-21	INE

2.1	Plataforma de ensino à distância - 10 mil alunos até 2023 e 50 mil diplomados até 2030						
	Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
	2023	2030	2019	2020	2021		
N.º de estudantes	10000	15000	1500	6173	7 501	20/21	U. Aberta/FCT-NAU
N.º diplomados	3000	50000	-	405	614	20/21	"

2.2	Diversificação da formação para adultos						
	Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
	2023	2030	2019	2020	2021		
% estudantes adultos vs total	10%	15%	n.d.	13%	24%	até set.-21	DGEEC
% estudantes adultos vs total IP	20%	25%	n.d.	14%	16%	até set.-21	DGEEC

DESAFIO B Diversificar e especializar o processo ensino/aprendizagem, intensificando a atividade de I&D

META 3 Garantir a especialização e diversificação institucional

3.1	Reforço das pós-graduações, especializações e atração de adultos nas Univers.						
	Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
	2023	2030	2019	2020	2021		
% Estudantes pós-graduação/mestrados vs Total	30%	40%	22%	28%	28%	Mestrado integrado não incluído	DGEEC

3.2	Reforço das pós-graduações profissionalizantes nos Politécnicos						
	Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
	2023	2030	2019	2020	2021		
% Estudantes pós-graduação vs Total	18%	20%	16%	16%	15%	20/21	DGEEC

3.4	Reforço da capacidade de formação doutoral						
	Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
	2023	2030	2019	2020	2021		
Novos doutorados/ano	3500	4000	2177	2400	1 940	19/20	FCT
% novos doutoramentos/colaboração Internacional	30%	50%	35%	40% (est.)	20%	2021	DGEEC/FCT

3.5	Desenvolvimento de práticas de I&D						
	Metas		Situação	Resultados		Obs.	Fonte
	2023	2030	2019	2020	2021		
Práticas de I&D em IES	100%	100%	n.d.	n.d.	100%	19/20	FCT

DESAFIO C

Empregar melhor, com mais e melhor integração entre educação, investigação e inovação e respetiva articulação com as empresas, o tecido produtivo e a administração pública

META 4

Estimular as carreiras académicas e o emprego científico

4.1	Docentes das Universidades integrados em carreiras até 2023						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
% docentes em carreiras	66%	-	n.d.	70%	68%	Exceto Ensino Superior Público Militar 20-21	DGEEC	
% Prof. catedráticos e associados	50%	-	30%	30%	34%			

4.2	Docentes dos Institutos Politécnicos integrados em carreiras até 2023						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
% docentes em carreiras	70%	-	n.d.	63%	64%	Exceto Ensino Superior Público Militar 20-21	DGEEC	
% Prof. coordenadores principal	15%	-	30%	1%	1%			
% Prof. coordenadores	50%	-	-	11%	13%			

4.3	Implementação de Laboratórios Associados						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
Contratação investigadores p/ tempo indeterminado	500	1000	n.d.	n.d.	n.d.		DGEEC/FCT	
N.º de Lab. Associados	-	-	-	-	40		FCT	

4.4	Programa de estímulo ao emprego científico						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
Contratação de investigadores doutorados	500	1000	5000	6082	7 851	desde 2017	Observatório	

META 5

Reforçar a criação de emprego qualificado

5.1	Investimento em I&D - 3% PIB até 2030, 1/3 despesa pública e 2/3 privada						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
% face à meta 2030	50%	100%	30%	47%	53%	Rácio face à meta	DGEEC	
N.º empregados qualificados	8000	25000	n.d.	n.d.	7 597	Varição desde IPCTN17	DGEEC/IPCTN	

5.2	Consolidação de Laboratórios Colaborativos - 26 Lab e 800 investigadores até 2023						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
Contratação investigadores	800	-	-	-	562	até set. 2021	ANI	
N.º Laboratórios	26	-	-	-	35		FCT	

5.3	Centros de interface tecnológica						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
N.º de centros e parques	-	-	-	-	321	inclui outras estruturas	ANI	

5.4	Contratação de investigadores doutorados por empresas						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
N.º de investigadores contratados	-	-	16746	19220	21 389		IPCTN	

5.5	Reforço dos gabinetes de transferência de conhecimento e tecnologia						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
Rede nacional – UTEN - University Technology Enterprise Network	-	-	-	-	100%	Plena execução	ANI	

QUADRO 4

META 6

Internacionalização - duplicar a participação de PT no Programa- Quadro Europeu de Investimento e Inovação, atrair 2 mil milhões de euros entre 2021-2027

6.1	Inserção das IES em redes europeias						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
N.º estudantes "outgoing"	15000	25000	9600	9948	5 500	dados provisórios	ERASMUS	

6.2	Integração das IES nos campus universitários europeus						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
N.º estudantes "Incoming"	20000	30000	13000	16674	8 249	dados provisórios	ERASMUS	

6.3	Implementação do programa Estudar e Investigar em Portugal - duplicação do n.º de estudantes até 2023, 25% dos estudantes						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
Estudantes estrangeiros em PT	25%		58000	65196	58 960	dados provisórios	DGEEC	

6.4	Envolvimento das IES no PERIN - existência de núcleos em redes e projetos europeus						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
Núcleos em todas as IES	100%	-	n.d.	n.d.	100%		PERIN	

6.5	Bolsas doutoramento para estudantes oriundos de Países de LOP						Obs.	Fonte
	Metas		Situação	Resultados				
	2023	2030	2019	2020	2021			
N.º novas bolsas	80	100	n.d.	60	66		FCT	